

Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal - sua história e desempenho no período de 1946 a 1989

Senado Federal, Assessoria - Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal (1991 edition)

PRERROGATIVAS		ATOES	
		PARLAMENTAR	
Câmara dos Deputados			
Requerer aprovação pelo plenário de aprovação emenda de projeto pelo Conselho (art. 16, §§ 132)	-	Recurso de 1/10 ao plenário	
Requerer aprovação pelo plenário de parecer contrário à emenda elaborada pela CCJ, CFT ou comissão especial (art. 160)	-	Recurso ao plenário	
Constituir declaração de presidente de prejudicialidade (art. 164)	-	Recurso do autor ao plenário, que ouve CCJ	
Constituir recusa de requerimento para presidência para constituição de CPI (art. 30)	-	Recurso do autor ao plenário, que ouve CCJ	
Constituir indeferimento de requerimentos para presidência (art. 114)	-	Recurso do autor ao plenário	
Senado Federal			
Requerer aprovação pelo plenário de aprovação emenda de projeto pelo Conselho (art. 16)	-	Recurso de 1/10 ao presidente	
Requerer aprovação pelo plenário de recusa de emenda pela CCJ (apenas se não for unânime o parecer) (art. 300)	-	Requerimento de representante da maioria ao plenário	
Requerer aprovação pelo plenário de emenda a projetos do poder Executivo em transição urgente nas comissões (art. 124)	-	Recurso de 1/10 ao plenário	
Constituir declaração de presidente de prejudicialidade (art. 334)	-	Recurso ao plenário que ouve CCJ	
Constituir rejeição de projeto com pareceres contrários nas comissões (contraria o arquivamento) (art. 254)	-	Recurso de 1/10 ao plenário	
Substituir matéria de competência legislativa das comissões a regime de urgência (art. 305)	-	Recurso de 1/10 ao plenário	

Description: -

-

Balkan Peninsula -- Pictorial works.

Governmental investigations -- Brazil.

Brazil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão Parlamentar

de Inquérito. Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal - sua história e desempenho no período de 1946 a 1989

- Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal - sua história e desempenho no período de 1946 a 1989

Notes: Includes bibliographical references (p. 165-180).

This edition was published in 1991



Filesize: 25.52 MB

Tags: #Comissões #Parlamentares #de #Inquérito: #estrutura #e #concessão #de #ampla #defesa #nas #investigações #parlamentares #e #conceituação #de #fato #determinado

Excelência e ética na gestão pública: a ética no executivo federal

No caso da Mesa, a eleição é feita, no Senado, entre os indicados pelas lideranças e, na Câmara, entre estes e os que eventualmente se auto-indicam. Assim, não é possível responsabilizar penal, civil, administrativa ou politicamente os membros de uma CPI, por suas opiniões, palavras e votos proferidos durante o Inquérito Parlamentar.

Os Poderes de Investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Essa é também a lição de Francisco Campos. Nesse aspecto, faz-se necessário, no entanto, considerar duas mudanças institucionais recentes que favorecem o fortalecimento do critério da proporcionalidade e, conseqüentemente, reforçam o poder dos partidos na coordenação do processo legislativo e na distribuição de direitos parlamentares.

Os Poderes de Investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Na próxima seção, serão avaliadas as condições para a maximização do interesse dos parlamentares em torno de políticas, estabelecidas pelos regimentos e resoluções das duas Casas legislativas.

Fernando Collor

O primeiro diz respeito à centralidade do sistema de comissões.

Excelência e ética na gestão pública: a ética no executivo federal

O STF já oportunizou, na ocasião, de enunciar que a convocação de testemunhas e indiciados deve ser feita pelo modo previsto do Código de Processo Penal sobre o chamamento de indivíduos para participar do processo. Nessa esteira sobre os efeitos causados com a restrição de garantias fundamentais dos cidadãos, insere-se, dessa maneira, a Comissão Parlamentar de Inquérito.

SciELO

Rio de Janeiro: Forense, 2001. Do direito ao contraditório e à ampla defesa Não obstante a Comissão Parlamentar de Inquérito exerça atividade de investigação, seu procedimento deve, necessariamente, observar as garantias constitucionais dos investigados, como o direito ao contraditório e à ampla defesa.

STF Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

O legislador constituinte atribuiu às CPIs poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, que são limitados ou relativos. O autor assinala que, das seis comissões propostas no período de Constituição de 1934, apenas duas foram concluídas.

Comissões parlamentares de inquérito no Senado Federal (1991 edition)

Em sua campanha, declarou apoio a , dizendo ser apoiado também por ela e pelo então presidente Lula. Ou seja, Poder de Polícia é uma gama de medidas estatais que delimitam a esfera juridicamente tutelada de liberdades e propriedade do seu administrado.

Related Books

- [Official Journal of the European Communities - Legislation \(Official Journal of the European Communi](#)
- [Environmental law - the law and policy relating to the protection of the environment](#)
- [Surface-water quality changes after 5 years of nutrient management in the Little Conestoga Creek hea](#)
- [Qaḍīyah al-Kurḍīyah fī al-‘Irāq - al-Ba‘th wa-al-Akrād](#)
- [Oxford book of travel verse](#)